

DISTRITO SANIT.ESP. INDÍGENA - MARANHAO

Edital 1/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
1/2026	257034-DISTRITO SANIT.ESP. INDÍGENA - MARANHAO	DIRCEU ESPINDULA DE ANDRADE	27/04/2026 15:09 (v 0.11)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		25046.001502/2025-19

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

90005/2026

CONTRATANTE (UASG)

257034

OBJETO

Contratação de Empresa Especializada na prestação de serviços continuados de funerária sem dedicação exclusiva de mão de obra, com o fornecimento de urnas mortuárias e demais materiais e serviços constantes neste instrumento, bem como traslado em veículo apropriado, a fim de atender as ocorrências de óbitos de indígenas no âmbito do Distrito Sanitário Especial Indígena/Maranhão.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 977.699,10

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 14/05/2026 às 09:30h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

[menor preço]

Modo de disputa:

[aberto]

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

[SIM]

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

[SIM]

Distrito Sanitário Especial Indígena - Maranhão

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026

(Processo Administrativo nº25046.001502/2025-19)

Torna-se público que o(a) Distrito Sanitário Especial Indígena - Maranhão, por meio do(a) Serviço de Contratação de Recursos Logísticos - SELOG/Maranhão, sediado(a) [Rua 5 de Janeiro, nº 166 - Bairro Jordôa, São Luís/MA], realizará licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Contratação de Empresa Especializada na prestação de serviços continuados de funerária sem dedicação exclusiva de mão de obra, com o fornecimento de urnas mortuárias e demais materiais e serviços constantes neste instrumento, bem como traslado em veículo apropriado, a fim de atender as ocorrências de óbitos de indígenas no âmbito do Distrito Sanitário Especial Indígena/Maranhão, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam na minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. *Para os itens a participação será ampla concorrência.*

3.7. *Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.*

3.8. Não poderão disputar esta licitação:

3.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.8.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.8.3. *sociedades cooperativas;*

3.8.4. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.8.5. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.8.6. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.8.7. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.8.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou

atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.8.9. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.8.10 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.8.11. *peessoas jurídicas reunidas em consórcio;*

3.8.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.10. O impedimento de que trata o item 3.8.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.8.5. e 3.8.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.13. O disposto nos itens 3.8.5. e 3.8.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.15. A vedação de que trata o item 3.9 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício[A2] .

5.7 No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.7.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.[A3]

5.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.9.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.9.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.9.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrito como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.9.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.9.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.9.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.9.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.9.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.8 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.14.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.14.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.15.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.15.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.
- 6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*
- 6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (**noventa**) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.
- 6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.
- 6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 1,00 (um real)**.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação;

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.4. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.20.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.22.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.22.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;[A8]

7.22.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023; e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.22.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

7.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.23.1. *empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;*

7.23.2. empresas brasileiras;

7.23.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.23.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.24. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.25.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.25.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.25.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.25.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.25.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS

8.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao

máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.9. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.9.1. conter vícios insanáveis;

8.9.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.9.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.9.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.9.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.9.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.10. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.11. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.11.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.11.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.12. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.13. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.13.1. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.14. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.14.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.14.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.15. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.9.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.10.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.11. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.11.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.12.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.12.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (duas) horas para:

9.13.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.13.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.13.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.11.1 .

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco)** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **05 (cinco)** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **05 (cinco)** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **05 (cinco)** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.6.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de XX (xxxxx) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.3.3. impedimento de licitar e contratar e

14.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **30 (trinta)** dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [<https://www.gov.br/compras/pt-br>].

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2. **Anexo II – Termo de Ciência e concordância;**

16.11.3. **Anexo III – Minuta de Termo de Contrato;**

16.11.4. **Anexo IV – Instrumento de Medição de Resultado - IMR**

16.11.5. **Anexo V – Modelo da Proposta de Preço**

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

[ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE]

Modelo elaborado conforme orientação do Parecer nº 00209/2026/CJSER-EST/SCGP/CGU/AGU

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Atualização: NOV/2025

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LUCIO DIENIO SILVA SANTOS GUAJAJARA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 27/04/2026 às 15:09:40.

DISTRITO SANIT.ESP. INDÍGENA - MARANHAO

Termo de Referência 6/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
6/2026	257034-DISTRITO SANIT.ESP. INDÍGENA - MARANHAO	DIRCEU ESPINDULA DE ANDRADE	24/04/2026 18:09 (v 0.12)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		25046.001502/2025-19

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 25046.001502/2025-19)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de Empresa Especializada na prestação de serviços continuados de funerária sem dedicação exclusiva de mão de obra, com o fornecimento de urnas mortuárias e demais materiais e serviços constantes neste instrumento, bem como traslado em veículo apropriado, a fim de atender as ocorrências de óbitos de indígenas no âmbito do Distrito Sanitário Especial Indígena/Maranhão, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Empresa Especializada na prestação de serviços continuados de funerária, com o fornecimento de urnas mortuárias e demais materiais e serviços constantes neste instrumento, bem como traslado em veículo apropriado, a fim de atender as ocorrências de óbitos de indígenas no âmbito do DSEI Maranhão/SESAI/MS	4170	Unidade	12	R\$ 81.474,92	R\$ 977.699,10

1.1.1. Tabela de composição de valores do objeto

Grupo	Item	CATMAT /CATSER	Descrição	Unidade	Quantidade (Q)	Valor Unitário (VU)	Valor Total (VT)
1	1	617784	Urna Mortuária Material: Madeira , Tipo Madeira: Pinus , Tipo Tampa: Com Visor , Material Revestimento Interno: Cetim Com Babado E Sobrebabado Renda , Tipo Alça: Argola , Características Adicionais: Envernizada , Dimensões: 1m41cm até 2,00m	Unidade	122	R\$ 1.845,00	R\$ 225.090,00
	2	617784	Urna Mortuária Material: Madeira , Tipo Madeira: Pinus , Tipo Tampa: Com Visor , Material Revestimento Interno: Cetim Com Babado E Sobrebabado Renda , Tipo Alça: Argola , Características Adicionais: Envernizada , Dimensões: 0,60 CM, Largura: 0,24 C (Fetal)	Unidade	33	R\$ 1.140,00	R\$ 37.620,00
	3	617784	Urna Mortuária Material: Madeira , Tipo Madeira: Pinus , Tipo Tampa: Com Visor , Material Revestimento Interno: Cetim Com Babado E Sobrebabado Renda , Tipo Alça: Argola , Características Adicionais: Envernizada , Dimensões: 1,00 M até 1m40cm, Largura: 0,30 C (Infantil)	Unidade	61	R\$ 1.478,50	R\$ 90.188,50
	4	4170	Vestuário: feminino (vestido); masculino (calça e blusa).	Unidade	216	R\$ 608,00	R\$ 131.328,00
	5	4170	Tanatotaxia/embalsamento Adulto (quando necessário).	Unidade	122	R\$ 1.555,80	R\$ 189.807,60
	6	4170	Tanatotaxia/embalsamento Infantil (quando necessário).	Unidade	94	R\$ 1.297,50	R\$ 121.965,00
	7	4170	Remoção do corpo (local e traslado) para municípios (diversos) e aldeias com identificação nas portas laterais da sigla ou denominação funerária, em vias pavimentadas. (cobrado por KM Rodado)	KM	30000	R\$ 4,40	R\$ 132.000,00
	8	4170	Remoção do corpo (local e traslado) para municípios (diversos) e aldeias com identificação nas portas laterais da sigla ou denominação	KM	10000	R\$ 4,97	R\$ 49.700,00

			funerária, em vias não pavimentadas. (cobrado por KM Rodado)				
Valor Estimado da Contratação							R\$ 977.699,10

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

- 1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto da presente contratação não se enquadra como bem de luxo, nos termos do art. 20 da Lei nº 14.133 /2021, considerando as especificações técnicas e a natureza do objeto, que atendem a padrões usuais de mercado e às necessidades da Administração Pública, sem a inclusão de características supérfluas.

Prazo de vigência

- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de **01 (um) ano**, contados do(a) assinatura do contrato prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.6. Em atendimento ao Art. 10 da IN ME nº 81/2022, a informação constante no Termo de Referência não se enquadra em nenhuma hipótese descrita no Art. 23 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, logo, enquadra como documento de acesso irrestrito.
- 1.7. A descrição referente ao CATMAT é apenas referencial. O Licitante deverá atentar-se à descrição especificação mencionada no item descrição da tabela do TR.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e Plano Diretor de Logística Sustentável do Ministério da Saúde 2024/2026:
- 4.1.1. Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;

4.1.2. Em estabelecimentos comerciais ou prestadores de serviços que gerem resíduos perigosos ou que, mesmo caracterizados como não perigosos, por sua natureza, composição ou volume, não sejam equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público municipal.

4.1.3. São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

4.1.3.1. Lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;

4.1.3.2. Lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;

4.1.3.3. Queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;

4.1.3.4. Outras formas vedadas pelo "poder público."

4.1.4. Otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras.

4.1.4.1. Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pela Administração, na fonte geradora, e a coleta seletiva do papel para reciclagem, promovendo sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, nos termos da IN MARE Nº 6. de 7.VII/95. e do Decreto nº 5.940/2006, ou outra forma de destinação adequada, quando for o caso;

4.1.4.2. Os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta seletiva;

4.1.4.3. Otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:

4.1.4.3.1. Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;

4.1.4.3.2. Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

4.1.4.3.3. Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

4.1.4.3.4. Racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;

4.1.4.3.5. Treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição;

4.1.4.4. Observar a Resolução CONAMA nº20, de 7/12/04. a legislação correlata, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

4.1.4.5. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

4.1.4.6. Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

4.1.4.7. Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. *Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.*

4.3.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.3.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.3.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.4.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.4.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.4. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.7. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.7.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.8. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.8.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.8.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.8.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.11. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.11.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.11.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.12. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.12.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.12.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.13. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.14. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.15. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.16. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.17. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 12:00 horas e 14:00 horas às 17:00 horas.

4.18. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.19. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.20. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.21. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: **5 (cinco) dias da assinatura do contrato.**

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:.

5.1.3. Os serviços serão prestados mediante apresentação da Requisição expedida pelo responsável da respectiva unidade, seja profissional da Equipe Multidisciplinar de Saúde Indígena - EMSI ou Fiscal do Contrato, das Casai, do Polo Base ou da sede do Distrito de Saúde Especial Indígena (DSEI) Maranhão, e deverão ser atendidas imediatamente, com a tolerância de no máximo de 1 (uma) hora, após a notificação.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

Casai Imperatriz/MA	Rua Henrique Dias, nº 594, São José do Egito – Imperatriz/MA
Casai São Luís/MA	Av. Paulista, nº 11, Olho D`Água, São Luís/MA
Casai Teresina/MA	Rua Hugo Napoleão, nº 1834, Bairro Jóquei Clube, Teresina/PI
Polo Base de Amarante/MA	Rua Deputado La Roque, nº 1.064, Centro, Amarante do Maranhão /MA,
Polo Base de Arame/MA	Av. Francisco Guarin, s/nº, Bairro Centro, Arame/MA
Polo Base de Barra do Corda/MA	Rua da Pedra Braga, nº 126, Centro - Barra do Corda/MA
Polo Base de Grajaú/MA	Av. Hilton Nunes, nº 663, Bairro Rodoviária, Grajaú/MA
Polo Base de Santa Inês/MA	Rua da Raposa, nº 352, Centro, Santa Inês/MA
Polo Base de Zé Doca/MA	Rua Magalhães de Almeida, nº 117, Centro, Zé Doca/MA

5.3 Os serviços serão prestados no seguinte horário: a empresa deverá informar o número de telefone, com plantão de 24 (vinte e quatro) horas, inclusive aos sábados, domingos e feriados, que ficará à disposição do responsável na respectiva unidade (CASAI'S, Polo Base ou sede do DSEI), para fins de chamada de atendimento.

Rotinas a serem cumpridas

5.3.1. A execução contratual observará as rotinas *abaixo*:

5.3.1.1. Os serviços serão realizados de acordo com as ocorrências de óbitos de indígenas verificados na área de abrangência ao Distrito Sanitário Especial Indígena – Maranhão, conforme itens abaixo:

- a) As solicitações serão feitas pelo responsável da respectiva unidade, seja profissional da Equipe Multidisciplinar de Saúde Indígena - EMSI, das Casais, do Polo Base ou da sede do DSEI, e deverão ser atendidas imediatamente, com a tolerância de no máximo de 1 (uma) hora, após a notificação;
- b) Nos óbitos que ocorrerem em domicílio (aldeia), as solicitações dos funerais poderão ser a cargo dos Agentes Indígenas de Saúde (AIS) das respectivas áreas;
- c) A empresa deverá informar o número de telefone, com plantão de 24 (vinte e quatro) horas, inclusive aos sábados, domingos e feriados, que ficará à disposição do responsável na respectiva unidade (Casai, Polo Base ou sede do DSEI), para fins de chamada de atendimento.

5.3.1.2. A solicitação deverá ser feita mediante Requisição expedida pelo Contratada, na qual constará em seu conteúdo, sem prejuízo de outras informações:

- a) Identificação: nome do falecido ou nome do paciente para o qual será fornecido a urna, a fim de que seja o armazenado, acondicionado, transportado e sepultado partes do corpo, como por exemplo, em casos de amputações. Em casos de óbitos fetais (natimorto) registrar como “Natimorto de (nome da mãe)” e em casos de recém nascidos ou crianças sem registro de identificação, registrar como “ Recém Nascido de (nome da mãe)”;
- b) Data e local do óbito;
- c) Especificação dos serviços como o tipo da urna, quilometragem percorrida, fornecimento de vestuários e a execução da tanatopraxia;
- d) Descrição do percurso a ser utilizado com a indicação do local de saída e do sepultamento, bem como a quilometragem percorrida em rodovia pavimentada e em não pavimentada;
- e) Nome e assinatura do solicitante/autorizante e data da solicitação;
- f) Nome e assinatura do familiar ou de quem recebeu o serviço;
- g) Nome e assinatura do profissional da EMSI que recebeu o serviço, caso presente no momento da entrega;
- h) Campo para observação do Profissional da EMSI ou da comunidade;
- i) Assinatura do representante da Contratada;
- j) A Contratada deverá realizar o preparo de todos os corpos, com a higienização e troca de vestimenta;
- k) O fornecimento de vestuário de boa qualidade para todos os corpos;
- l) A Contratada deverá cobrir o cadáver com manto/véu em cetim na cor branca.

5.3.1.3. Nos casos em que não for possível a expedição prévia da Requisição de Serviços, a empresa contratada deverá, obrigatoriamente, comunicar a Casa de Saúde Indígena – CASAI ou o Polo Base mais próximo, por meio de contato telefônico, a fim de repassar as informações relativas ao óbito e solicitar a devida autorização para a execução dos serviços funerários. Quando a solicitação dos serviços ocorrer de forma direta por estabelecimentos de saúde da atenção secundária ou de referência, caberá à contratada realizar contato imediato com a CASAI ou o Polo Base competente, com o objetivo de viabilizar a formalização da Requisição de Serviços, a qual deverá ser posteriormente assinada. Nesses casos, deverá haver, necessariamente, comunicação prévia à CASAI, por via telefônica, para o repasse das informações do óbito e obtenção da autorização para a prestação do serviço, considerando que há ocorrências de óbitos em unidades de saúde de referência externas à rede direta do DSEI.

5.3.1.4. As solicitações para a execução de procedimentos de tanatopraxia deverão ser devidamente justificadas, observando-se os critérios técnicos, sanitários e legais aplicáveis. Quando da realização desse procedimento, a empresa prestadora dos serviços ficará responsável pela emissão e fornecimento de ata técnica específica, a qual deverá acompanhar a respectiva Nota Fiscal, para fins de comprovação e fiscalização.

5.3.1.5. Com o objetivo de evitar dúvidas quanto à efetiva execução dos serviços contratados, a Requisição de Serviços deverá conter assinatura do familiar do falecido ou de pessoa que tenha presenciado a execução das atividades, tais como a entrega da urna funerária em área indígena e o fornecimento do vestuário. As testemunhas poderão ser membros da Equipe Multidisciplinar de Saúde Indígena, representantes da comunidade indígena ou, preferencialmente, familiares do falecido(a).

5.3.1.6. Todas as assinaturas apostas na Requisição de Serviços deverão ser realizadas por extenso, devendo constar, quando aplicável, o respectivo carimbo profissional, de modo a assegurar a identificação dos signatários.

5.3.1.7. Considerando a impossibilidade de acompanhamento presencial do fiscal do contrato durante todas as execuções, a Requisição de Serviços deverá conter campo específico destinado a observações, a fim de possibilitar o registro, pelos profissionais envolvidos ou pela comunidade indígena, de quaisquer ocorrências relacionadas à qualidade dos materiais fornecidos ou à execução dos serviços. Tais registros subsidiarão a atuação da fiscalização contratual, permitindo a adoção das providências administrativas cabíveis, quando necessário.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.4. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.4.1. Os serviços serão realizados de acordo com as ocorrências de óbitos de indígenas verificados na área de abrangência do Distrito de Saúde Especial Indígena - DSEI Maranhão;

5.4.2. Para fins de cobrança dos serviços de traslado, a quilometragem considerada terá como base a distância entre o local de ocorrência do óbito e o local de sepultamento, computada em percurso de ida e volta, adotando-se, obrigatoriamente, o trajeto mais curto e viável;

5.4.3. Nos casos de óbitos ocorridos em aldeias nas quais o sepultamento será realizado no próprio local, o início do deslocamento da viatura destinada ao serviço de traslado será contabilizado a partir do município sede do Polo Base ou da Casa de Saúde Indígena – CASAI de referência da respectiva aldeia onde se encontra o falecido;

5.4.4. A quilometragem aplicável aos serviços de traslado será previamente padronizada pelo DSEI/MA, conforme disposto na Planilha da Malha de Distâncias do DSEI/MA. Para os percursos que não estiverem contemplados nessa planilha, a apuração da distância terá como referência dados obtidos em plataformas oficiais ou amplamente reconhecidas de pesquisa e visualização de mapas e imagens por satélite, a exemplo do Google Maps;

5.4.5. Não serão admitidas cobranças de quilometragem de traslado em desacordo com os critérios estabelecidos, sendo vedada a inclusão de trajetos, desvios ou distâncias não previamente autorizadas ou não compatíveis com o percurso definido;

5.4.6. Em razão das especificidades culturais das comunidades indígenas atendidas, a empresa contratada deverá assegurar o transporte de até 2 (dois) acompanhantes juntamente com o corpo, durante o deslocamento até a aldeia ou local de sepultamento, sem ônus adicional à Administração;

5.4.7. Na hipótese de criação de novas aldeias ao longo da vigência contratual, as respectivas quilometragens serão formalmente informadas pela Administração, por meio de ofício, de modo a possibilitar a adequada execução dos serviços de traslado;

5.4.8. Excepcionalmente, poderão ocorrer traslados para sepultamento em município diverso daquele de residência do indígena falecido, desde que o local de destino esteja inserido na área de abrangência do DSEI /MA;

5.4.9. Poderá, ainda, haver a prestação de serviços funerários a indígenas residentes em áreas urbanas, que, em respeito às tradições culturais, realizem o sepultamento em terras indígenas situadas no Estado do Maranhão.

Especificação da garantia do serviço

5.5. *O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).*

5.6. *Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.*

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.10. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.11. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.15. *A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:*

6.15.1. Para fins de comprovação da execução dos serviços e instrução do processo de pagamento, deverão ser encaminhados, em anexo à Nota Fiscal, os seguintes documentos, conforme o caso: Declaração de Óbito, Certidão de Óbito ou Ficha de Investigação de Óbito Domiciliar ou Ambulatorial, bem como a Requisição de Serviços, devidamente preenchida, assinada e validada;

6.15.2. Todos os documentos comprobatórios deverão ser anexados ao processo de pagamento de forma clara, legível e organizada, a fim de possibilitar a adequada análise e validação pelo fiscal do contrato;

6.15.3. A Nota Fiscal referente aos serviços funerários prestados deverá ser emitida considerando, obrigatoriamente, o local de ocorrência do óbito, em conformidade com as normas fiscais e administrativas aplicáveis. Para esse fim, a identificação do município onde ocorreu o óbito deverá constar de forma clara no

documento fiscal, de modo a possibilitar a correta vinculação do serviço executado, a adequada instrução do processo de pagamento e a regular fiscalização por parte da Administração. O descumprimento dessa exigência poderá ensejar a devolução da Nota Fiscal para correção, sem prejuízo das demais medidas administrativas cabíveis;

6.15.4. Nome e assinatura do familiar ou de quem recebeu o serviço;

6.15.5. Nome e assinatura do profissional da EMSI que recebeu o serviço, caso presente no momento da entrega;

6.15.6. Para subsidiar a fiscalização do Contratado, visto que não é possível a presença do fiscal durante toda a execução do mesmo, poderá, na Requisição, ser registrado, pelos profissionais ou pela comunidade, qualquer ocorrência relacionada à qualidade do material ou referente à execução do contrato, para que o fiscal tenha conhecimento e adote providências necessárias.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.20. Cabe ao gestor do contrato:

6.20.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.21. receber e dar encaminhamento imediato:

6.21.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.21.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. *A avaliação da execução do objeto utilizará o [Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo IV do Termo de Referência, para aferição da qualidade da prestação dos serviços.*

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. *A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.*

Recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período que o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.10. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.10.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.12. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.13. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.16. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.17. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **15 (quinze)** dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.17.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.17.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.17.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.17.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.17.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.21. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.22. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- Vi) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.25. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.26. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.26.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.26.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.27. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.29. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.31. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.32. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do *Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA/IBGE* de correção monetária.

Forma de pagamento

7.33. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.38. *Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, na proposta vencedora do certame licitatório.*

7.39. *Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.*

7.40. *Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.*

7.41. *No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).*

7.42. *Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).*

7.43. *Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.*

7.44. *Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.*

7.45. *O reajuste será realizado por apostilamento.*

Cessão de Crédito

7.46. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.46.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.46.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem

como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.46.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.46.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.47. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

*8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,1%** (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **15** (quinze) dias.*

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **0,07% (sete centésimo por cento)** a **2% (dois por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **0,01% (um décimo por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **01% (um décimo por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **0,2% (dois por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,1% (um décimo por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação [ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão

apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. . As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. *O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.*

Exigências de habilitação

9.2. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.11. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *dos dois últimos exercícios sociais*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas[A15] :

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.24. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação **10% do valor total estimado da contratação**.

9.25. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.30. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.30.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.9.39.

Qualificação Técnico-Operacional

9.31. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso .

9.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.31.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de **2 (dois) anos** do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, e destaca-se que não será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.31.1.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, desde que a execução dos serviços tenha ocorrido no período mínimo de 2 (dois) anos, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.31.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.31.1.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.31.1.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.32. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.33. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

9.34. Apresentação do(s) profissional(is), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor (es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes.

9.35. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.36. Apresentação dos documentos mencionados abaixo, devidamente registrado no(s) órgão(s) de competência:

9.36.1. **Licença Sanitária (ANVISA):** Obrigatória para a fiscalização de serviços de tanatopraxia, necropsia e conservação de corpos;

9.36.2. **Registro no Órgão Funerário Municipal:** Cadastro na Central de Atendimento Funerário (CAF) para autorização de liberações;

9.36.3 **Alvará de Localização e Funcionamento** do município;

9.36.4. Autorização emitida pela autoridade sanitária para realização de **Translado**.

Disposições gerais sobre habilitação

9.37. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.38. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.39. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.40. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.41. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. *O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 977.699,10 (novecentos e setenta e sete mil, seiscentos e noventa e nove reais e dez centavos.), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 deste Termo de Referência.***

10.2. *Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.*

10.3 *A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.*

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. *As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.*

11.2. *A contratação será atendida pela seguinte dotação:*

I) Gestão/unidade: [...];

II) Fonte de recursos: [...];

III) Programa de trabalho: [...];

IV) Elemento de despesa: [...]; e

v) . Plano interno: [...].

11.3 *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

9.2. Com base na Lei nº 12.527/2011 estabelece que, como regra geral, os documentos relacionados à administração pública devem ser de acesso público, salvo em casos específicos de restrição de acesso, justificados por proteção à segurança, sigilo estratégico ou privacidade de informações sensíveis.

9.3. A classificação deste Termo de Referência classificação como acesso público, o torna acessível a todos os interessados, atendendo às diretrizes da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei de Acesso à Informação -LAI, e aos princípios constitucionais da publicidade e eficiência na Administração Pública, conforme justificativa a seguir:

9.3.1. Acesso Público: Princípio da Publicidade: A Lei nº 12.527/2011 determina que a transparência deve ser a regra e que o acesso à informação é direito fundamental, com a Administração Pública devendo fornecer informações de interesse coletivo ou geral, salvo exceções legais;

9.3.2. Conteúdo do TR: O Termo de Referência elaborado pelo DSEI/MA trata de especificações relacionadas à aquisição de bens comuns. Logo, não contém informações sensíveis ou estratégicas que possam comprometer a segurança institucional, operacional ou individual, nem se enquadra nas hipóteses de sigilo previstas nos artigos 23 e 24 da LAI;

9.3.3. Promoção da Transparência: Tornar o TR público fortalece a transparência administrativa e facilita o acompanhamento da sociedade, promovendo a fiscalização e a lisura no processo de contratação;

9.3.4. Ampla Concorrência: A publicidade do documento permite que potenciais fornecedores tenham acesso às especificações, ampliando a competitividade na licitação;

9.3.5. Redução de Riscos Jurídicos: A transparência minimiza questionamentos sobre o processo licitatório e evita alegações de irregularidades;

9.3.6. Fortalecimento da Confiança Pública: O acesso à informação reforça a credibilidade das ações do DSEI/MA junto à sociedade e aos órgãos de controle;

9.3.7. Publicação do Termo de Referência: O TR será disponibilizado integralmente nos seguintes meios: Portal da Transparência do Ministério da Saúde, Plataforma de Compras Públicas (Compras.gov.br), e outros meios eletrônicos oficiais utilizados pelo DSEI/MA;

9.3.8. Registro da Decisão no Processo Administrativo: A decisão de classificar o TR como acesso público será registrada no processo administrativo da contratação, assegurando o cumprimento das obrigações legais e reforçando o compromisso com a transparência.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I

ANEXO I[A1]

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o xxx, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato [Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização] OU [constante neste Anexo], sob pena de decal do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MIRLEANES MONTEIRO GUIMARAES

Chefe da DIASI/MA



Assinou eletronicamente em 23/04/2026 às 15:18:57.

LUCIO DIENIO SILVA SANTOS GUAJAJARA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 24/04/2026 às 18:09:28.

DIRCEU ESPINDULA DE ANDRADE

Chefe do SELOG/MA



Assinou eletronicamente em 23/04/2026 às 15:13:38.

DISTRITO SANIT.ESP. INDÍGENA - MARANHAO

Estudo Técnico Preliminar 6/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 25046.001502/2025-19

2. Descrição da necessidade

Trata-se da contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de funerária, sem dedicação exclusiva de mão de obra, destinada ao atendimento das ocorrências de óbitos de indígenas no âmbito do Distrito Sanitário Especial Indígena do Maranhão – DSEI/MA, vinculado à Secretaria de Saúde Indígena – SESAI, do Ministério da Saúde.

A contratação contempla a execução de serviços funerários de forma contínua, incluindo o fornecimento de urnas mortuárias, materiais e insumos correlatos, a realização de procedimentos técnicos necessários à conservação do corpo, como tanatopraxia, o fornecimento de vestuário adequado, bem como o traslado do corpo em veículo apropriado, em conformidade com as normas sanitárias vigentes. Tais serviços são indispensáveis para assegurar atendimento digno, célere e compatível com as especificidades culturais das comunidades indígenas assistidas pelo DSEI/MA.

A Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas – PNASPI, instituída pela Portaria nº 254, de 31 de janeiro de 2002, estabelece as diretrizes para a organização da assistência à saúde indígena no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, reconhecendo a necessidade de um modelo de atenção complementar e diferenciado. Esse modelo busca superar as limitações de cobertura, acesso e aceitabilidade enfrentadas pelos povos indígenas, considerando suas particularidades étnicas, socioculturais, geográficas e epidemiológicas.

Nesse contexto, o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena possui a atribuição de coordenar e executar a gestão das ações e serviços de saúde voltados às populações indígenas, tendo como base territorial os Distritos Sanitários Especiais Indígenas – DSEI/MA. A missão institucional desse subsistema consiste em proteger, promover e recuperar a saúde dos povos indígenas, por meio da oferta de ações de atenção integral à saúde, estruturadas de acordo com as especificidades locais e com respeito à diversidade cultural.

A área de abrangência do DSEI/MA compreende 22 (vinte e dois) municípios, todos situados no Estado do Maranhão. Sua estrutura organizacional é composta por 6 (seis) Polos Base, 807 (oitocentas e sete) aldeias e 3 (três) Casas de Saúde Indígena – CASAI, sendo que 1 (uma) dessas unidades está localizada no Estado do Piauí. O DSEI/MA atende uma população indígena estimada em 45.291 (quarenta cinco mil, duzentos noventa um).

No âmbito da assistência integral à saúde, compete ao DSEI/MA, nos casos de óbito, prestar apoio às famílias indígenas por meio da concessão de serviços funerários, assegurando o traslado do corpo até a aldeia ou município de origem para realização do sepultamento. A prestação desses serviços deve observar o caráter intercultural, respeitando os costumes, ritos e tradições das comunidades indígenas envolvidas, além de garantir o cumprimento das exigências legais e sanitárias.

Para viabilizar a adequada execução dessas atividades, mostra-se imprescindível a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de funerária, sem dedicação exclusiva de mão de obra, capaz de atender de forma tempestiva e eficiente às demandas do DSEI/MA. A empresa contratada deverá dispor de infraestrutura, equipamentos, veículos apropriados e pessoal qualificado para a execução dos serviços, garantindo a continuidade, a qualidade e a regularidade do atendimento.

Ressalta-se que o DSEI/MA possui, atualmente, contrato vigente para a prestação desses serviços, o qual terá seu término em 1º de junho de 2026. Dessa forma, a presente contratação tem por finalidade substituir o contrato atual, assegurando a continuidade da prestação dos serviços funerários essenciais, sem prejuízo à assistência prestada às comunidades indígenas atendidas pelo Distrito.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Serviço de Contratação de Recursos Logísticos - SELOG/MA	ILSIMAR COSTA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Para atender de forma adequada e contínua às comunidades indígenas sob a jurisdição do Distrito Sanitário Especial Indígena do Maranhão – DSEI/MA, os serviços funerários a serem contratados devem observar requisitos essenciais que assegurem o respeito às especificidades culturais, sociais e espirituais dos povos indígenas, bem como a dignidade dos falecidos e de seus familiares. Considerando a diversidade étnica e cultural das comunidades atendidas, faz-se necessária a prestação de serviços que contemplem soluções diferenciadas, humanizadas e culturalmente sensíveis.

Nesse sentido, os serviços funerários deverão possuir, no mínimo, as seguintes características fundamentais:

Adequação e customização cultural:

Os serviços deverão possibilitar a adaptação e personalização conforme os rituais, costumes e práticas funerárias próprias de cada comunidade indígena. Tal adequação inclui, quando solicitado, a observância de procedimentos tradicionais relacionados à preparação do corpo, à realização de cerimônias específicas e aos ritos de despedida, respeitando os valores culturais, espirituais e simbólicos de cada grupo étnico.

Respeito às tradições e crenças espirituais:

A execução dos serviços funerários deverá respeitar integralmente as tradições, crenças e cosmovisões indígenas relacionadas ao processo de luto, sepultamento ou outras formas de destinação do corpo. Isso abrange a observância de rituais específicos, tempos adequados para as cerimônias, bem como práticas tradicionais de despedida, assegurando que os procedimentos adotados não contrariem as normas culturais das comunidades atendidas.

Flexibilidade operacional e capacidade de adaptação:

A empresa contratada deverá demonstrar flexibilidade e capacidade operacional para adaptar a prestação dos serviços às diferentes realidades socioculturais e às preferências das famílias indígenas, considerando as variações existentes entre aldeias, etnias e núcleos familiares. Tal flexibilidade é essencial para garantir atendimento individualizado e compatível com as crenças espirituais e culturais de cada situação.

Transporte funerário especializado e adequado às condições locais:

Deverá ser assegurada a disponibilidade de veículos apropriados e devidamente equipados para o traslado do corpo, inclusive em áreas de difícil acesso, zonas rurais e localidades remotas. Os veículos utilizados deverão atender às normas sanitárias vigentes, bem como respeitar os procedimentos culturais e ambientais, garantindo que o transporte seja realizado de forma segura, digna e respeitosa, mesmo diante de condições geográficas e logísticas adversas.

Equipe técnica capacitada e culturalmente sensibilizada:

Os profissionais envolvidos na execução dos serviços funerários deverão possuir capacitação técnica adequada e treinamento específico voltado à sensibilização intercultural, de modo a assegurar conduta ética, respeitosa e empática no atendimento às famílias indígenas. A equipe deverá estar apta a atuar desde a remoção do corpo até a conclusão das cerimônias fúnebres, prestando suporte adequado e humanizado aos familiares enlutados.

Com vistas a garantir a adequada execução do objeto contratado, a contratação deverá assegurar, ainda, as seguintes características e funcionalidades operacionais:

- **Garantia da qualidade dos serviços prestados**, mediante a disponibilização de pessoal qualificado, devidamente treinado e em número suficiente, assegurando eficiência, eficácia e efetividade na utilização dos recursos empregados;
- **Disponibilidade plena das condições necessárias à execução do objeto**, incluindo recursos humanos, equipamentos, materiais, insumos, veículos apropriados, urnas mortuárias, vestuários adequados e equipamentos de proteção individual, de forma a assegurar agilidade, economicidade e resolutividade na prestação dos serviços;
- **Conhecimento prévio das condições locais de atendimento**, abrangendo a ciência das características geográficas, logísticas e operacionais das áreas atendidas pelo DSEI/MA, especialmente no que se refere à remoção e ao traslado dos corpos dos indígenas falecidos até os locais de sepultamento, garantindo a execução do serviço em conformidade com as normas legais, sanitárias e culturais aplicáveis.

Esses requisitos são essenciais para assegurar que a contratação atenda plenamente às necessidades institucionais do DSEI/MA, garantindo a continuidade, a qualidade e a adequação cultural dos serviços funerários prestados às comunidades indígenas sob sua responsabilidade.

Crítérios de sustentabilidade

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente previstos na descrição do objeto, a execução dos serviços deverá observar, de forma obrigatória, os requisitos ambientais e de sustentabilidade estabelecidos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, bem como a legislação ambiental e sanitária vigente.

No que se refere ao gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde – RSS, a empresa contratada deverá cumprir integralmente as disposições do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS elaborado pelo órgão contratante, adotando procedimentos compatíveis com a natureza dos resíduos gerados durante a execução dos serviços funerários. Deverá, ainda, observar as diretrizes e normas previstas na Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, no Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que a regulamenta, bem como na Resolução CONAMA nº 358, de 29 de abril de 2005, e na Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 222, de 28 de março de 2018, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

A RDC nº 222/2018 da ANVISA estabelece as diretrizes para o gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e define como serviços geradores de RSS aqueles que, em razão de suas atividades, produzem resíduos que possam apresentar risco à saúde pública ou ao meio ambiente. Enquadram-se nessa definição os serviços relacionados à assistência à saúde humana, bem como aqueles que, direta ou indiretamente, realizam atividades que envolvam o manejo de corpos, fluidos biológicos, materiais contaminados, insumos descartáveis e demais resíduos oriundos de procedimentos técnicos, como os executados no âmbito dos serviços funerários.

Assim vejamos:

Art. 2º Esta Resolução se aplica aos geradores de resíduos de serviços de saúde RSS cujas atividades envolvam qualquer etapa do gerenciamento dos RSS, sejam eles públicos e privados, filantrópicos, civis ou militares, incluindo aqueles que exercem ações de ensino e pesquisa.

§ 1º Para efeito desta resolução, definem-se como geradores de RSS todos os serviços cujas atividades estejam relacionadas com a atenção à saúde humana ou animal, inclusive os serviços de assistência domiciliar; laboratórios analíticos de produtos para saúde; necrotérios, funerárias e serviços onde se realizem atividades de embalsamamento (tanatopraxia e somato conservação); serviços de medicina legal; drogarias e farmácias, inclusive as de manipulação; estabelecimentos de ensino e pesquisa na área de saúde; centros de controle de zoonoses; distribuidores de produtos farmacêuticos, importadores, distribuidores de materiais e controles para diagnóstico in vitro; unidades móveis de atendimento à saúde; serviços de acupuntura; serviços de piercing e tatuagem, salões de beleza e estética, dentre outros afins.

§ 2º Esta Resolução não se aplica a fontes radioativas seladas, que devem seguir as determinações da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, e às indústrias de produtos sob vigilância sanitária, que devem observar as condições específicas do seu licenciamento ambiental.

Ressalta-se que as atividades de tratamento, destinação final e depósito de resíduos de serviços de saúde em unidades de tratamento ou de disposição final estão condicionadas à obrigatoriedade de registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP, mantido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, conforme enquadramento na Ficha Técnica de Enquadramento – FTE, Categoria: *Serviços de Utilidade*; Código: 17-64; Descrição: *Serviços de saúde. Disposição de resíduos especiais*, nos termos do art. 13, inciso I, alínea “g”, da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

Destaca-se, ainda, que a pessoa jurídica responsável pela execução das atividades de gerenciamento de resíduos sólidos, sejam eles perigosos ou não perigosos — abrangendo as etapas de geração, operação, coleta, transporte, armazenamento, tratamento e destinação final — deverá estar devidamente registrada e com situação regular no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental – CTF/AIDA, conforme disposto na Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e nos Anexos I e II da Instrução Normativa IBAMA nº 10, de 27 de maio de 2013.

Adicionalmente, a referida pessoa jurídica deverá indicar responsável técnico legalmente habilitado, igualmente inscrito e regular no CTF/AIDA, o qual responderá tecnicamente pelas atividades ambientais desenvolvidas, em conformidade com a legislação ambiental aplicável. Nesse sentido, deverão ser observadas, integralmente, as disposições específicas constantes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis relativas ao CTF/APP e ao CTF/AIDA.

Dessa forma, a empresa contratada deverá adotar práticas ambientalmente responsáveis em todas as etapas do gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde gerados no âmbito da execução contratual, compreendendo, no mínimo, a segregação, o acondicionamento, a identificação, o armazenamento temporário, a coleta, o transporte, o tratamento e a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos, em estrita conformidade com as normas técnicas, sanitárias e ambientais vigentes.

Tais medidas têm por finalidade minimizar os impactos ambientais, prevenir riscos à saúde dos trabalhadores envolvidos, das comunidades atendidas e do meio ambiente, bem como assegurar que a contratação pública observe os princípios da sustentabilidade, da responsabilidade socioambiental e da legalidade, que regem a atuação da Administração Pública.

Quanto aos critérios de sustentabilidade aplicáveis à contratação de serviços funerários pela Administração Pública, deverão ser observados os parâmetros estabelecidos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e no Plano Diretor de Logística Sustentável do Ministério da Saúde (2024–2026), com a devida adequação à natureza específica do objeto, nos seguintes termos:

- Adoção de práticas que minimizem os impactos ambientais decorrentes da prestação dos serviços, especialmente no que se refere à emissão de poluentes, manejo de resíduos e uso de substâncias potencialmente nocivas ao meio ambiente;
- Utilização racional e eficiente de recursos naturais, com incentivo ao uso consciente de água, energia elétrica e insumos, priorizando soluções que promovam economia e redução de desperdícios;

- Garantia de que os insumos e materiais empregados (como urnas, vestimentas e demais itens funerários) possuam origem ambientalmente regular, observando-se a legislação vigente quanto à extração, produção e comercialização;
- Preferência pela utilização de produtos oriundos de manejo florestal sustentável, reflorestamento ou materiais alternativos de menor impacto ambiental, devidamente certificados quando aplicável;
- Implementação de práticas adequadas de gerenciamento de resíduos sólidos, inclusive resíduos potencialmente infectantes, em conformidade com as normas sanitárias e ambientais pertinentes;
- Observância de critérios de sustentabilidade nos processos logísticos, incluindo transporte, armazenamento e destinação final, buscando a redução da pegada de carbono;
- Promoção de ações que incentivem a responsabilidade socioambiental, inclusive quanto à capacitação de colaboradores para atuação alinhada às boas práticas de sustentabilidade.

Esse conjunto de diretrizes visa assegurar que a contratação pública de serviços funerários ocorra de forma ambientalmente responsável, socialmente adequada e em conformidade com os princípios da eficiência e do desenvolvimento sustentável.

5. Levantamento de Mercado

Durante a realização deste instrumento foram analisadas as soluções existentes e possíveis para a contratação desejada, que seriam a aquisição dos caixões e urnas, sem o fornecimento de translado e embalsamento, e contratar uma empresa separado para realizar o translado do corpo, embalsamento e preparação para o velório, ou contratar uma empresa especializada para realizar todo o serviço, desde o fornecimento das urnas, translado, embalsamento, preparação, e funeral do corpo.

Na Aquisição dos caixões e urnas sem fornecimento de translado e embalsamento: A opção de adquirir caixões e urnas separadamente pode resultar em uma economia nos custos iniciais, devido à possibilidade de obtenção desses itens a preços mais competitivos. Entretanto, essa estratégia implica em uma série de desafios operacionais e financeiros para a administração.

A administração precisará providenciar o serviço de translado, para o qual atualmente não possui veículos adequados para o transporte de corpos. Isso demandará a aquisição ou aluguel de veículos especializados, o que aumentará significativamente os custos operacionais. Além disso, a administração também carece de equipamentos e pessoal treinado para realizar a preparação e embalsamento dos corpos para os velórios. Esses serviços são essenciais para garantir a dignidade e a conformidade com as normas sanitárias.

Caso a administração opte por comprar apenas os caixões e urnas, será necessário contratar uma empresa terceirizada para realizar os serviços complementares de translado, embalsamento e preparação dos corpos. Esta solução, embora envolva custos adicionais, garantirá que todas as etapas do processo sejam conduzidas por profissionais qualificados e com o equipamento adequado.

Embora a aquisição direta de caixões e urnas possa parecer uma estratégia de economia, os custos adicionais associados à terceirização de serviços indispensáveis devem ser cuidadosamente avaliados. A administração precisa considerar os gastos com transporte especializado e a contratação de serviços técnicos de embalsamento, garantindo que todas as necessidades logísticas e sanitárias sejam atendidas de forma eficiente e respeitosa.

Contratar empresa para realizar o translado, embalsamento e preparação do corpo para velório: Na opção de contratar uma empresa para realizar o translado, embalsamento e a preparação do corpo para o velório, a administração precisaria garantir a disponibilidade imediata dos caixões e urnas. A falta de prontidão desses itens pode resultar em atrasos significativos na preparação do corpo, impactando negativamente o cronograma do velório.

Esses atrasos não apenas complicariam a logística, mas também poderiam ser considerados desrespeitosos, especialmente em contextos culturais específicos, como as práticas funerárias indígenas, onde o tempo e os rituais têm importância crucial. Portanto, é essencial que a administração assegure a pronta disponibilidade dos caixões e urnas para evitar quaisquer contratempos que possam comprometer a dignidade e o respeito ao falecido e suas tradições culturais.

Contratar empresa especializada para realizar todo o serviço, fornecimento de urnas, translado, embalsamento, preparação do corpo e velório: na opção de contratar uma empresa especializada para realizar todo o serviço funerário, incluindo fornecimento de urnas, translado, embalsamento, preparação do corpo e velório, a administração teria apenas que solicitar os serviços necessários. A empresa especializada já dispõe de todo o equipamento necessário, veículos adequados para o transporte, além de uma variedade de urnas e caixões prontamente disponíveis, eliminando a necessidade de espera.

Essa abordagem representa a melhor solução, pois centraliza todos os serviços em uma única empresa, garantindo a coordenação eficiente e a execução correta de todas as etapas do processo. Isso reduz o risco de falhas na prestação do serviço e assegura que os rituais e a cultura da comunidade indígena sejam respeitados adequadamente. A administração, portanto, pode contar com uma gestão simplificada e uma garantia de qualidade e respeito em todos os aspectos do serviço funerário.

Outra opção disponível é que os municípios onde se localizam as comunidades indígenas executem o serviço funerário. Atualmente, os municípios prestam esse serviço quando o falecimento do indígena ocorre dentro da aldeia onde ele reside. No entanto, nem sempre o município possui condições adequadas para prestar esse serviço, o que frequentemente obriga a administração a acionar uma funerária contratada para realizar o serviço.

Quando o óbito ocorre fora do município, a prefeitura local não executa o serviço funerário, delegando essa responsabilidade ao órgão competente pela comunidade indígena. Essa fragmentação de responsabilidades pode resultar em desafios logísticos e administrativos, além de possíveis atrasos e desrespeito aos rituais e tradições indígenas.

Justificativa da solução escolhida

Após a análise das alternativas disponíveis no mercado, conclui-se que a solução mais adequada para atendimento das demandas institucionais consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços funerários, de forma contínua e padronizada, em consonância com as necessidades operacionais do Distrito Sanitário Especial Indígena do Maranhão – DSEI/MA.

A contratação de empresa especializada mostra-se tecnicamente vantajosa, uma vez que tais prestadoras dispõem de infraestrutura completa e adequada para a execução dos serviços funerários, incluindo veículos apropriados para o traslado de corpos, equipamentos específicos para os procedimentos de conservação e preparação, bem como estoque diversificado de urnas mortuárias e demais insumos necessários. Essa estrutura assegura a pronta resposta às ocorrências de óbito, evitando atrasos, descontinuidade dos serviços e eventuais prejuízos à dignidade das famílias enlutadas, além de garantir a observância dos prazos e das exigências sanitárias e legais.

Ademais, a centralização da execução dos serviços em uma única empresa contratada reduz significativamente a complexidade logística e administrativa da contratação. A gestão de um único contrato contribui para a racionalização dos procedimentos administrativos, diminui os riscos de falhas operacionais, retrabalho e desarticulação entre prestadores distintos, além de facilitar o acompanhamento, a fiscalização e o controle da execução contratual por parte da Administração Pública.

Ressalte-se, ainda, que a prestação dos serviços funerários no contexto das comunidades indígenas exige sensibilidade intercultural e respeito às tradições, ritos e práticas específicas de cada povo. Empresas especializadas apresentam maior capacidade técnica e operacional para atuar de forma compatível com essas especificidades, assegurando que os procedimentos funerários sejam conduzidos com respeito às crenças, valores e costumes das comunidades atendidas, evitando situações de inadequação cultural ou institucional.

Outro aspecto relevante refere-se à qualificação profissional. A contratação de empresa especializada garante que os serviços sejam executados por profissionais devidamente capacitados, treinados e experientes, familiarizados com os procedimentos técnicos, sanitários, ambientais e legais aplicáveis à atividade funerária. Tal fator contribui para a mitigação de riscos, para a conformidade normativa e para a segurança jurídica da Administração.

Diante do exposto, conclui-se que a contratação de empresa especializada na prestação de serviços funerários, de forma continuada e padronizada, representa a alternativa mais eficiente, segura e adequada sob os aspectos técnico, operacional, administrativo e cultural, atendendo plenamente às necessidades das comunidades indígenas assistidas pelo DSEI/MA e aos princípios da eficiência, economicidade, legalidade e interesse público que regem a Administração Pública.

6. Descrição da solução como um todo

Além da observância às diretrizes gerais do Sistema Único de Saúde – SUS e do cumprimento integral da legislação aplicável à execução dos serviços, espera-se que a contratação atenda, de forma objetiva e compatível com as demandas institucionais, aos seguintes requisitos, conforme as necessidades identificadas e formalmente indicadas pelo órgão contratante:

- a. Urna Adulta: mortuária Material: Madeira , Tipo Madeira: Pinus , Tipo Tampa: Com Visor , Material Revestimento Interno: Cetim Com Babado E Sobrebabado Renda , Tipo Alça: Argola , Características Adicionais: Envernizada , Dimensões: 1m41cm até 2,00m;
- b. Urna Fetal: mortuária Material: Madeira , Tipo Madeira: Pinus , Tipo Tampa: Com Visor , Material Revestimento Interno: Cetim Com Babado E Sobrebabado Renda , Tipo Alça: Argola , Características Adicionais: Envernizada , Dimensões: 0,60 CM, Largura: 0,24C;
- c. Urna Infantil: mortuária Material: Madeira , Tipo Madeira: Pinus , Tipo Tampa: Com Visor , Material Revestimento Interno: Cetim Com Babado E Sobrebabado Renda , Tipo Alça: Argola , Características Adicionais: Envernizada , Dimensões: 1,00 M até 1m40cm, Largura: 0,30 C;
- d. Vestuário: feminino (vestido); masculino (calça e blusa);
- e. Tanatopraxia/embalsamento adulto (quando necessário);
- f. Tanatopraxia/embalsamento infantil (quando necessário);

- g. Remoção do corpo (local e traslado) para municípios (diversos) e aldeias com identificação nas portas laterais da sigla ou denominação funerária, em vias pavimentadas. (Cobrado por KM Rodado);
- h. Remoção do corpo (local e traslado) para municípios (diversos) e aldeias com identificação nas portas laterais da sigla ou denominação funerária, em vias não pavimentadas. (Cobrado por KM Rodado).

O material deverá ser de madeira maciça, com resistência à umidade, água e peso, oferecendo durabilidade e robustez.

Fornecimento de itens para cumprimento das normas sanitárias estabelecidas por órgãos competentes a fim de evitar a propagação de doenças infectocontagiosas.

Torna-se necessário descrever alguns elementos e rotina referente a execução de certos serviços prestados pela Contratada, a fim de que atenda satisfatoriamente a demanda do DSEI/MA.

Os serviços serão realizados de acordo com as ocorrências de óbitos de indígenas verificados na área de abrangência ao Distrito Sanitário Especial Indígena – Maranhão, conforme itens abaixo:

- a. As solicitações serão feitas pelo responsável da respectiva unidade, seja profissional da Equipe Multidisciplinar de Saúde Indígena - EMSI, das Casais, do Polo Base ou da sede do DSEI, e deverão ser atendidas imediatamente, com a tolerância de no máximo de 1 (uma) hora, após a notificação;
- b. Nos óbitos que ocorrerem em domicílio (aldeia), as solicitações dos funerais poderão ser a cargo dos Agentes Indígenas de Saúde (AIS) das respectivas áreas;
- c. A empresa deverá informar o número de telefone, com plantão de 24 (vinte e quatro) horas, inclusive aos sábados, domingos e feriados, que ficará à disposição do responsável na respectiva unidade (Casal, Polo Base ou sede do DSEI), para fins de chamada de atendimento.

A solicitação deverá ser feita mediante Requisição expedida pelo Contratada, na qual constará em seu conteúdo, sem prejuízo de outras informações:

- a. Identificação: nome do falecido ou nome do paciente para o qual será fornecido a urna, a fim de que seja o armazenado, acondicionado, transportado e sepultado partes do corpo, como por exemplo, em casos de amputações. Em casos de óbitos fetais (natimorto) registrar como “Natimorto de (nome da mãe)” e em casos de recém nascidos ou crianças sem registro de identificação, registrar como “ Recém Nascido de (nome da mãe)”;
- b. Data e local do óbito;
- c. Especificação dos serviços como o tipo da urna, quilometragem percorrida, fornecimento de vestuários e a execução da tanatopraxia;
- d. Descrição do percurso a ser utilizado com a indicação do local de saída e do sepultamento, bem como a quilometragem percorrida em rodovia pavimentada e em não pavimentada;
- e. Nome e assinatura do solicitante/autorizante e data da solicitação;
- f. Nome e assinatura do familiar ou de quem recebeu o serviço;
- g. Nome e assinatura do profissional da EMSI que recebeu o serviço, caso presente no momento da entrega;
- h. Campo para observação do Profissional da EMSI ou da comunidade;
- i. Assinatura do representante da Contratada;
- j. A Contratada deverá realizar o preparo de todos os corpos, com a higienização e troca de vestimenta;
- k. O fornecimento de vestuário de boa qualidade para todos os corpos;
- l. A Contratada deverá cobrir o cadáver com manto/véu em cetim na cor branca.

Nos casos em que não for possível a expedição prévia da Requisição de Serviços, a empresa contratada deverá, obrigatoriamente, comunicar a Casa de Saúde Indígena – CASAI ou o Polo Base mais próximo, por meio de contato telefônico, a fim de repassar as informações relativas ao óbito e solicitar a devida autorização para a execução dos serviços funerários.

Quando a solicitação dos serviços ocorrer de forma direta por estabelecimentos de saúde da atenção secundária ou de referência, caberá à contratada realizar contato imediato com a CASAI ou o Polo Base competente, com o objetivo de viabilizar a formalização da Requisição de Serviços, a qual deverá ser posteriormente assinada. Nesses casos, deverá haver, necessariamente, comunicação prévia à CASAI, por via telefônica, para o repasse das informações do óbito e obtenção da autorização para a prestação do serviço, considerando que há ocorrências de óbitos em unidades de saúde de referência externas à rede direta do DSEI.

As solicitações para a execução de procedimentos de tanatopraxia deverão ser devidamente justificadas, observando-se os critérios técnicos, sanitários e legais aplicáveis. Quando da realização desse procedimento, a empresa prestadora dos serviços ficará responsável pela emissão e fornecimento de ata técnica específica, a qual deverá acompanhar a respectiva Nota Fiscal, para fins de comprovação e fiscalização.

Com o objetivo de evitar dúvidas quanto à efetiva execução dos serviços contratados, a Requisição de Serviços deverá conter assinatura do familiar do falecido ou de pessoa que tenha presenciado a execução das atividades, tais como a entrega da urna funerária em área indígena e o fornecimento do vestuário. As testemunhas poderão ser membros da Equipe Multidisciplinar de Saúde Indígena, representantes da comunidade indígena ou, preferencialmente, familiares do falecido(a).

Todas as assinaturas apostas na Requisição de Serviços deverão ser realizadas por extenso, devendo constar, quando aplicável, o respectivo carimbo profissional, de modo a assegurar a identificação dos signatários.

Considerando a impossibilidade de acompanhamento presencial do fiscal do contrato durante todas as execuções, a Requisição de Serviços deverá conter campo específico destinado a observações, a fim de possibilitar o registro, pelos profissionais envolvidos ou pela comunidade indígena, de quaisquer ocorrências relacionadas à qualidade dos materiais fornecidos ou à execução dos serviços. Tais registros subsidiarão a atuação da fiscalização contratual, permitindo a adoção das providências administrativas cabíveis, quando necessário.

Para fins de cobrança dos serviços de traslado, a quilometragem considerada terá como base a distância entre o local de ocorrência do óbito e o local de sepultamento, computada em percurso de ida e volta, adotando-se, obrigatoriamente, o trajeto mais curto e viável.

Nos casos de óbitos ocorridos em aldeias nas quais o sepultamento será realizado no próprio local, o início do deslocamento da viatura destinada ao serviço de traslado será contabilizado a partir do município sede do Polo Base ou da Casa de Saúde Indígena – CASAI de referência da respectiva aldeia onde se encontra o falecido.

A quilometragem aplicável aos serviços de traslado será previamente padronizada pelo DSEI/MA, conforme disposto na Planilha da Malha de Distâncias do DSEI/MA. Para os percursos que não estiverem contemplados nessa planilha, a apuração da distância terá como referência dados obtidos em plataformas oficiais ou amplamente reconhecidas de pesquisa e visualização de mapas e imagens por satélite, a exemplo do Google Maps.

Não serão admitidas cobranças de quilometragem de traslado em desacordo com os critérios estabelecidos, sendo vedada a inclusão de trajetos, desvios ou distâncias não previamente autorizadas ou não compatíveis com o percurso definido.

Em razão das especificidades culturais das comunidades indígenas atendidas, a empresa contratada deverá assegurar o transporte de até 2 (dois) acompanhantes juntamente com o corpo, durante o deslocamento até a aldeia ou local de sepultamento, sem ônus adicional à Administração.

Na hipótese de criação de novas aldeias ao longo da vigência contratual, as respectivas quilometragens serão formalmente informadas pela Administração, por meio de ofício, de modo a possibilitar a adequada execução dos serviços de traslado.

Excepcionalmente, poderão ocorrer translados para sepultamento em município diverso daquele de residência do indígena falecido, desde que o local de destino esteja inserido na área de abrangência do DSEI/MA.

Poderá, ainda, haver a prestação de serviços funerários a indígenas residentes em áreas urbanas, que, em respeito às tradições culturais, realizem o sepultamento em terras indígenas situadas no Estado do Maranhão.

Para fins de comprovação da execução dos serviços e instrução do processo de pagamento, deverão ser encaminhados, em anexo à Nota Fiscal, os seguintes documentos, conforme o caso: Declaração de Óbito, Certidão de Óbito ou Ficha de Investigação de Óbito Domiciliar ou Ambulatorial, bem como a Requisição de Serviços, devidamente preenchida, assinada e validada.

Ressalta-se que determinados fatores podem impactar a realização tempestiva das entrevistas domiciliares, tais como o período de luto prolongado das comunidades indígenas — aspecto de elevada relevância cultural —, a rotatividade dos profissionais em área e limitações logísticas, a exemplo da insuficiência de viaturas. Assim, nos casos de óbitos ocorridos em domicílio, em localidades sem assistência médica, em que não seja possível a emissão imediata da Declaração de Óbito, por se tratar de ato privativo de médico, será concedido o prazo de até 30 (trinta) dias para a realização da investigação do óbito e da entrevista domiciliar.

A empresa contratada deverá manter sigilo absoluto sobre todas as informações a que tiver acesso em decorrência da execução contratual, sendo vedada a utilização dessas informações para fins diversos daqueles estritamente relacionados ao objeto do contrato. O descumprimento dessa obrigação poderá ensejar responsabilização administrativa, civil e penal, especialmente nos casos de divulgação indevida ou de facilitação de acesso não autorizado a dados pessoais constantes da Declaração de Óbito, da Certidão de Óbito ou da Ficha de Investigação de Óbito Domiciliar ou Ambulatorial.

Todos os documentos comprobatórios deverão ser anexados ao processo de pagamento de forma clara, legível e organizada, a fim de possibilitar a adequada análise e validação pelo fiscal do contrato.

A Nota Fiscal referente aos serviços funerários prestados deverá ser emitida considerando, obrigatoriamente, o local de ocorrência do óbito, em conformidade com as normas fiscais e administrativas aplicáveis. Para esse fim, a identificação do município onde ocorreu o

óbito deverá constar de forma clara no documento fiscal, de modo a possibilitar a correta vinculação do serviço executado, a adequada instrução do processo de pagamento e a regular fiscalização por parte da Administração. O descumprimento dessa exigência poderá ensejar a devolução da Nota Fiscal para correção, sem prejuízo das demais medidas administrativas cabíveis.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O Distrito Sanitário Especial Indígena – DSEI, sediado no Estado do Maranhão, possui área de abrangência correspondente a 22 (vinte e dois) municípios, todos localizados no território maranhense. Sua estrutura organizacional é constituída por 6 (seis) Polos Base, 807 (oitocentas e sete) aldeias e 3 (três) Casas de Saúde Indígena – CASAI, das quais 1 (uma) está situada no Estado do Piauí. O DSEI é responsável pela atenção à saúde de uma população indígena estimada em 45.291 pessoas.

Levantamento de óbitos Adultos e Infantis do DSEI/MA entre 2022 a 2025

Ano	Quantidade Adulto	Quantidade Infantil
2022	127	58
2023	119	84
2024	133	60
2025	108	39
Média	121,75	60,25
Soma	487	241

Levantamento de óbitos Fetais do DSEI/MA entre 2022 a 2025

Ano	Quantidade
2022	48
2023	31
2024	30
2025	22
Média	32,75
Soma	131

Considerando o levantamento apresentado, reforça-se que a amplitude dos itens previstos é fundamental para assegurar que, diante do surgimento de demandas relacionadas a óbitos, a contratação dos serviços funerários possa ser efetivada por meio do resultado do Pregão Eletrônico. Tal medida possibilita a obtenção de condições mais vantajosas para a Administração Pública, garantindo a seleção dos menores preços, além de prevenir situações que possam ensejar o reconhecimento de dívida em decorrência da inexistência ou insuficiência de cobertura contratual.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Empresa Especializada na prestação de serviços continuados de funerária, com o fornecimento de urnas mortuárias e demais materiais e serviços constantes neste instrumento, bem como traslado em veículo apropriado, a fim de atender as ocorrências de óbitos de indígenas no âmbito do DSEI Maranhão/SESAI/MS	4170	Serviço	12	R\$ 81.474,92	R\$ 977.699,10

A tabela abaixo representa a descrição do item:

Item 01 - corresponde ao período de 12 (doze) meses, onde será fixado um valor máximo para consumo pelo DSEI/MA, para Contratação de Empresa Especializada na prestação de serviços continuados de funerária, com o fornecimento de urnas mortuárias e demais materiais e serviços constantes neste instrumento, bem como traslado em veículo apropriado, a fim de atender as ocorrências de óbitos de indígenas do Maranhão, descritos na tabela acima.

Grupo							
	Item	CATMAT CATSER	Descrição	Unidade	Quantidade (Q)	Valor Unitário (VU)	Valor Total (VT)
1	1	617784	Urna Mortuária Material: Madeira , Tipo Madeira: Pinus , Tipo Tampa: Com Visor , Material Revestimento Interno: Cetim Com Babado E Sobrebabado Renda , Tipo Alça: Argola , Características Adicionais: Envernizada , Dimensões: 1m41cm até 2,00m	Unidade	122	R\$ 1.845,00	R\$ 225.090,00
	2	617784	Urna Mortuária Material: Madeira , Tipo Madeira: Pinus , Tipo Tampa: Com Visor , Material Revestimento Interno: Cetim Com Babado E Sobrebabado Renda , Tipo Alça: Argola , Características Adicionais: Envernizada , Dimensões: 0,60 CM, Largura: 0,24 C (Fetal)	Unidade	33	R\$ 1.140,00	R\$ 37.620,00
	3	617784	Urna Mortuária Material: Madeira , Tipo Madeira: Pinus , Tipo Tampa: Com Visor , Material Revestimento Interno: Cetim Com Babado E Sobrebabado Renda , Tipo Alça: Argola , Características Adicionais: Envernizada , Dimensões: 1,00 M até 1m40cm, Largura: 0,30 C (Infantil)	Unidade	61	R\$ 1.478,50	R\$ 90.188,50
	4	4170	Vestuário: feminino (vestido); masculino (calça e blusa).	Unidade	216	R\$ 608,00	R\$ 131.328,00
	5	4170	Tanatopraxia/embalsamento Adulto (quando necessário).	Unidade	122	R\$ 1.555,80	R\$ 189.807,60
	6	4170	Tanatopraxia/embalsamento Infantil (quando necessário).	Unidade	94	R\$ 1.297,50	R\$ 121.965,00
	7	4170	Remoção do corpo (local e traslado) para municípios (diversos) e aldeias com identificação nas portas laterais da sigla ou denominação funerária, em vias pavimentadas. (cobrado por KM Rodado)	KM	30000	R\$ 4,40	R\$ 132.000,00
	8	4170	Remoção do corpo (local e traslado) para municípios (diversos) e aldeias com identificação nas portas laterais da sigla ou denominação funerária, em vias não pavimentadas. (cobrado por KM Rodado)	KM	10000	R\$ 4,97	R\$ 49.700,00
Valor Estimado da Contratação							R\$ 977.699,10

A descrição constante do CATMAT possui caráter meramente referencial. O fornecedor deverá, obrigatoriamente, observar e atender à descrição e às especificações técnicas previstas no item “Descrição” da tabela do Termo de Referência, as quais prevalecerão para fins de fornecimento e execução do objeto contratado.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 977.699,10

O valor estimado para a contratação é de **R\$ 977.699,10** (novecentos e setenta e sete mil, seiscentos e noventa e nove reais e dez centavos).

As estimativas de custos foram elaboradas em conformidade com o disposto no § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, bem como em observância ao art. 5º, inciso I, da Instrução Normativa nº 65/2021:

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Paineis de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente.

A pesquisa de preços foi realizada com base nos serviços continuados de funerária, compreendendo o fornecimento de urnas mortuárias e demais materiais e serviços previstos neste instrumento, bem como a execução de traslado em veículo apropriado.

Para a definição do valor de referência da pretendida contratação, foram desconsiderados os preços inexequíveis e aqueles excessivamente elevados, após a aplicação de método de saneamento da média dos valores coletados.

Ademais, considerando a baixa dispersão entre as cotações obtidas — evidenciada pelos reduzidos valores de desvio padrão inicial e pelos coeficientes de variação inferiores a 25% — constata-se a existência de baixa variabilidade dos dados, o que reforça a consistência e a confiabilidade dos valores apurados.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Conforme §1º do art. 46 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sempre que possível, o objeto da licitação deverá ser em único grupo, dividido em 08 itens. Todavia, os motivos que justificam a não adoção do parcelamento decorrem da inviabilidade de execução do objeto por empresas distintas, tendo em vista a natureza integrada dos serviços funerários, que envolvem desde o fornecimento de urnas e a aplicação de técnicas de conservação de cadáveres (tanatopraxia) até os serviços de traslado, quando necessários. A transferência ou o fracionamento da execução entre diferentes empresas poderá demandar maior controle por parte da Administração, além de ocasionar contratempos e atrasos na entrega dos serviços, comprometendo a qualidade da execução e podendo gerar constrangimentos à família enlutada.

A adoção do não parcelamento do objeto torna-se técnica e economicamente viável e não representará perda de economia de escala, visto que tem por objetivo otimizar a administração quanto a contratação de empresa que realizam serviços fúnebres. Dessa forma, aos serviços contratados de forma uniforme é a opção mais viável, tendo apenas uma empresa para atender a totalidade da demanda desse DSEI/MA.

Os itens do objeto da pretendida contratação não foram encontrados nos itens padronizados no catálogo eletrônico de padronização disponível no link <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao>, onde é possível consultar o catálogo eletrônico de padronização do governo somente para os itens água mineral natural, sem gás, café e açúcar.

Apesar disso, as descrições utilizadas no presente Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência foram elaboradas pela Equipe de Planejamento da Contratação, composta por profissionais técnicos que atestam as especificações técnicas dos itens que compõem o objeto desta licitação são aquelas necessárias para a aferição da adequação do objeto ao atendimento das necessidades deste Distrito, não havendo exigências desprovidas de razoabilidade.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não será permitida a subcontratação do objeto da contratação, tendo em vista a natureza dos serviços a serem executados, que demandam atuação integrada, padronizada e contínua, sob responsabilidade direta da empresa contratada. A prestação dos serviços funerários envolve atividades sensíveis, imediatas e de elevada relevância social, exigindo controle rigoroso de qualidade, observância estrita das normas sanitárias, ambientais e legais, bem como respeito às especificidades culturais das comunidades atendidas.

A vedação à subcontratação visa assegurar maior controle administrativo e operacional por parte da Administração, facilitando a fiscalização da execução contratual, a responsabilização direta da contratada e a mitigação de riscos relacionados à fragmentação da prestação dos serviços. A execução por terceiros poderia comprometer a uniformidade dos procedimentos, a eficiência do atendimento e a observância dos padrões técnicos e culturais estabelecidos no Termo de Referência.

Além disso, a exigência de que a empresa licitante detenha capacidade técnica, operacional e estrutural para executar integralmente o objeto contratual coaduna-se com os princípios do planejamento, da eficiência e da segurança jurídica, previstos na Lei nº 14.133/2021. Dessa forma, a vedação à subcontratação revela-se medida necessária e adequada para garantir a qualidade, a continuidade e a confiabilidade dos serviços funerários prestados à Administração Pública.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação pretendida encontra-se diretamente vinculada à política pública implementada pela Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI, órgão responsável pela coordenação da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas e pela gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS), no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS. Em consonância com o Plano Plurianual da União 2024–2027, a referida contratação integra o Programa 5122 – Saúde Indígena, cujo objetivo é promover, fortalecer e qualificar a oferta de ações e serviços de saúde e de saneamento ambiental destinados à população indígena, com ênfase na redução da mortalidade infantil por causas evitáveis e na ampliação do acesso à água potável nas aldeias indígenas.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação de empresa especializada na prestação de serviços funerários, de forma continuada e sem dedicação exclusiva de mão de obra, apresenta benefícios relevantes e mensuráveis para a Administração Pública e para as comunidades atendidas, especialmente no âmbito do Distrito Sanitário Especial Indígena do Maranhão – DSEI/MA.

Primeiramente, a contratação assegura a **continuidade e a tempestividade da prestação dos serviços**, fator essencial diante da natureza imprevisível e imediata das ocorrências de óbitos. A existência de contrato vigente possibilita resposta rápida e organizada às demandas, evitando descontinuidade do atendimento, improvisações administrativas e situações emergenciais sem cobertura contratual.

Outro benefício significativo consiste na **padronização e qualidade dos serviços prestados**, uma vez que a empresa especializada dispõe de infraestrutura adequada, equipamentos próprios, veículos apropriados, insumos específicos e profissionais capacitados para a execução das atividades funerárias, em conformidade com as normas sanitárias, ambientais e legais vigentes. Tal padronização contribui para a eficiência operacional e para a redução de falhas na execução contratual.

Destaca-se, ainda, a **mitigação de riscos administrativos, jurídicos e financeiros** para a Administração Pública. A contratação regular por meio de licitação evita a ocorrência de despesas sem cobertura contratual, o reconhecimento de dívidas e a adoção de medidas excepcionais, além de assegurar maior segurança jurídica e previsibilidade orçamentária.

No contexto das comunidades indígenas atendidas pelo DSEI/MA, a contratação proporciona o **respeito às especificidades culturais e aos rituais tradicionais**, assegurando que os serviços funerários sejam executados de forma digna, humanizada e intercultural. Empresas especializadas apresentam maior capacidade de adaptação às práticas culturais, o que contribui para o fortalecimento da relação institucional com as comunidades assistidas.

Sob o aspecto administrativo, a centralização da prestação dos serviços em uma única empresa contratada promove **simplificação da gestão e da fiscalização contratual**, reduzindo a complexidade logística, os custos indiretos e os riscos decorrentes da fragmentação dos serviços. Isso permite maior controle, acompanhamento sistemático da execução e melhor avaliação do desempenho contratual.

Por fim, a contratação favorece a **economicidade e a eficiência do gasto público**, ao possibilitar a seleção da proposta mais vantajosa por meio de procedimento licitatório, em consonância com os princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021. A execução continuada dos serviços contribui para a racionalização dos recursos públicos e para o atendimento adequado das necessidades institucionais.

Dessa forma, a contratação de empresa especializada na prestação de serviços funerários revela-se capaz de gerar benefícios institucionais, operacionais, sociais e culturais, atendendo de maneira eficaz às demandas do DSEI/MA e aos objetivos da Administração Pública, conforme os princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade e do interesse público.

13. Providências a serem Adotadas

Para que os serviços sejam realizados em contento com o esperado por esta Administração não se fazem necessárias adequações no ambiente deste órgão, visto que os serviços serão executados em ambiente externo, fora das dependências do DSEI/Maranhão. Assim, espera-se que a Contratada disponha de matérias e equipamentos em quantidade e qualidade suficientes para atender conforme a demanda, além de mão de obra especializada, quando necessário.

14. Possíveis Impactos Ambientais

É fundamental que os materiais e serviços envolvidos nesta contratação observem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis, conforme previsto no art. 7º, inciso XI, da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Dessa forma, todos os processos relacionados à execução do objeto contratual — desde a extração de matérias-primas, passando pela fabricação, transporte, utilização, até o descarte final — devem ser pautados pela responsabilidade socioambiental, assegurando o uso racional dos recursos naturais, a redução de impactos ambientais e o atendimento integral às normas e diretrizes estabelecidas pelos órgãos competentes de proteção ao meio ambiente.

Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. Da mesma forma, em estabelecimentos comerciais ou prestadores de serviços que gerem resíduos perigosos ou que, mesmo caracterizados como não perigosos, por sua natureza, composição ou volume, não sejam equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público municipal.

São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos, ou rejeitos:

Lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;

Lançamento in natura ao ar livre, excetuados os resíduos de mineração;

Queima ao ar livre ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;

Outras formas vedadas pelo "poder público."

Além disso, deverá se atentar aos termos da Instrução Normativa SLTI MPOG nº 1. de 19 de janeiro de 2010:

Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pela Administração, na fonte geradora, e a coleta seletiva do papel para reciclagem, promovendo sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, nos termos da IN MARE N 0 6. de .VII/95. e do Decreto nº 5.940/2006, ou outra forma de destituição adequada, quando for o caso;

Os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização a coleta seletiva.

Otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras: Racionalizar o uso de substâncias potencial mente tóxicas ou poluentes;

Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

Racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;

Treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição;

Utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);

Observar a Resolução CONAMA nº20, de 7/12/04 e legislação correlata, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

À luz das análises realizadas e considerando os elementos apresentados neste Estudo Técnico Preliminar, esta equipe de planejamento declara viável a presente contratação, uma vez que foram atendidos os requisitos técnicos, legais e operacionais necessários, assegurando a compatibilidade da solução com os objetivos institucionais e com os princípios da eficiência, economicidade e sustentabilidade.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MIRLEANES MONTEIRO GUIMARAES

Chefe da DIASI/MA



Assinou eletronicamente em 20/03/2026 às 10:33:49.

LUCIO DIENIO SILVA SANTOS GUAJAJARA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 20/03/2026 às 14:53:43.

DIRCEU ESPINDULA DE ANDRADE

Chefe do SELOG/DSEI-MA



Assinou eletronicamente em 20/03/2026 às 10:18:19.



Ministério da Saúde
Secretaria de Saúde Indígena
Distrito Sanitário Especial Indígena - Maranhão
Serviço de Contratação de Recursos Logísticos

ANEXO IV

MIMUNTA DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS SEM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA - LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA

UASG: 257034

Processo Administrativo nº 25046.001502/2025-19

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **xx**/2026, QUE FAZEM ENTRE
SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E
.....

O DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA DO MARANHÃO - DSEI/MA, por intermédio do(a) MINISTÉRIO DA SAÚDE-MS, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.394.544/0106-52,, com sede na Rua 05 de janeiro, 166 – Jordoá, São Luís-MA, neste ato representado pelo Coordenador Distrital de Saúde Indígena, Sr. LÚCIO DIÊNIO SILVA SANTOS GUAJAJARA, brasileiro, residente e domiciliado nesta Cidade, CPF nº 018.XXX.XXX-97, designado pela Portaria de Pessoal nº 512 GM/MS, de 28/03/2023, publicado no D.O.U. de 29/03/2023, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] **OU** [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) [Pregão Eletrônico] nº 90005/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de Empresa Especializada na prestação de serviços continuados de funerária sem dedicação exclusiva de mão de obra, com o fornecimento de urnas mortuárias e demais materiais e serviços constantes neste instrumento, bem como traslado em veículo apropriado, a fim de atender as ocorrências de óbitos de indígenas no âmbito do Distrito Sanitário Especial Indígena/Maranhão, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. **CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **05 (cinco)** contados do(a) **assinatura do contrato**, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.3.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.3.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.3.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.3.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

2.3.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.3.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxxx)**, perfazendo o valor total de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxxx)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução

do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de *60 (sessenta) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de *60 (sessenta) dias*

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais

empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ~~ou para qualificação na contratação direta;~~

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou

municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato

interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

13.4. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.8. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.9. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.10. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.11. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.12. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.12.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.12.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.12.3. Das indenizações e multas.

13.13. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do

desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.14. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.14.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.14.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.15. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[\[A25\]](#)

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. 1CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em *São Luís*, Seção Judiciária de *Estado do Maranhão* para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Modelo de Termo de Contrato - Licitação e Contratação Direta - Serviços sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra - Lei nº 14.133, de 2021

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Atualização: DEZ/2025



Documento assinado eletronicamente por **Lucio Dienio Silva Santos Guajajara**, **Coordenador(a) Distrital de Saúde Indígena**, em 27/04/2026, às 09:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0054900934** e o código CRC **EC476672**.

ANEXO IV

MODELO DE INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. O Instrumento de Medição de Resultado – IMR destina-se ao ajuste escrito anexo aos contratos firmados para a contratação de serviços de saúde indígena.

Objetivo a atingir: Prestação de serviços de saúde indígena em elevados níveis de qualidade.

Forma de avaliação: Definição de situações que caracterizem o não atingimento do objetivo, e atribuição de descontos no valor de pagamento devido.

Sanções: Embora a aplicação de índices de desconto seja instrumento de gestão contratual, não configurando sanção, a Contratante poderá, pela qualidade insuficiente, aplicar as penalidades previstas em contrato.

2. CONDIÇÕES GERAIS

2.1. Para o acompanhamento e avaliação dos serviços da Contratada serão estabelecidos e utilizados os Instrumentos de Medição de Resultado – IMR entre as partes, baseando-se em indicadores e metas definidos neste documento.

2.2. A análise dos resultados destas avaliações poderá resultar em penalidades, conforme prevê o Processo de Aferição, caso a Contratada não cumpra com os seus compromissos de apresentação, pontualidade, disponibilidade e de prestação do objeto contratual, conforme estabelecido pelos indicadores.

2.3. **O IMR deve ser considerado e entendido pela Contratada como um compromisso de qualidade que assumirá junto à Coordenação-Geral.** O IMR é um instrumento ágil e objetivo de avaliação da qualidade da execução contratual, associando o pagamento à qualidade efetivamente obtida.

2.4. Para o recebimento integral do valor contratado, a empresa contratada deverá cumprir com suas obrigações contratuais, em especial as dispostas nos indicadores de desempenho.

2.5. O IMR será implementado a partir da primeira medição da data de assinatura do contrato, cabendo ao Fiscal Técnico do contrato avaliar mensalmente a execução dos serviços prestados.

2.6. Para consecução destes objetivos deverão ser adotadas as regras e metodologias de medição de resultado descritas nos itens abaixo.

3. DESCRIÇÃO DOS ITENS AVALIADOS POR POSTO DE SERVIÇO

MÓDULO ÚNICO – AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE INDÍGENA

Item	Descrição do Item	Peso	Pontuação Máxima
1	Ausência de itens necessários	2,5	10
2	Substituição inadequada de itens	2,5	10
3	Condições inadequadas de serviço	2,5	10
4	Uso de equipamentos fora de especificações	2,5	10
5	Não cumprimento de normas de atendimento	2,5	10
6	Atraso no início do serviço (até 30 min)	2,5	10

7	Término antecipado do serviço	2,5	10
8	Descumprimento do tempo regular de atendimento	2,5	10
9	Indisponibilidade do serviço por mais de 30 min	2,5	10
10	Ausência contumaz nas áreas de atuação	2,5	10
11	Distrações prejudiciais ao serviço	2,5	10
12	Tratamento inadequado com os pacientes indígenas	2,5	10

4. CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DOS ITENS AVALIADOS

4.1. De acordo com as ocorrências constatadas na execução do contrato e considerando os pesos de cada módulo, a pontuação mensal da contratada será avaliada de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Pontuação mensal} = 350 - (n^{\circ} \text{ de Ocorrências do MÓDULO ÚNICO} \times 2,5)$$

4.2. Os serviços serão considerados insatisfatórios abaixo de 290 pontos. 4.3. O primeiro mês de contrato será objeto apenas de notificação, de modo a permitir o ajuste e aperfeiçoamento da qualidade do serviço pela contratada.

4.4. A empresa poderá apresentar justificativa para a prestação dos serviços abaixo do nível de satisfação, que poderá ser aceita pela CONTRATANTE, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da empresa.

5. FORMA DE DIMENSIONAMENTO DOS PAGAMENTOS

5.1. As adequações nos pagamentos estarão limitadas à seguinte **Faixa de Tolerância**, correspondente à pontuação obtida:

- 350 A 310 **0%**
- 290 A 309 **1,5%**
- Abaixo de 290 **3%**

$\text{Pagamento} = \text{Valor da NF [R\\$]} - \text{Faixa de Tolerância [\%]}$
--

5.2. Haverá possibilidade de **rescisão contratual** nas seguintes condições:

5.2.1. Desconto de 3% por mais de seis vezes durante a vigência inicial do Contrato ou nos últimos 12 meses, se houver prorrogação;

5.2.2. Pontuação abaixo de 250 pontos;

6. FORMA DE AFERIÇÃO E ANOTAÇÃO DOS RESULTADOS

6.1 O Fiscal Técnico do Contrato deverá utilizar as tabelas abaixo para registrar as ocorrências dentro do período de aferição:

MÓDULO ÚNICO: AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE INDÍGENA

Total de ocorrências	Data da Ocorrência	Descrição

DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. Este instrumento define expectativas de serviços e responsabilidades entre o DSEI _____ e a empresa _____, CNPJ n.º _____ e, é parte integrante do contrato ou atas de registro de preços decorrente do Edital Pregão Eletrônico nº _____/20__.

7.2. A assinatura deste instrumento indica que a as partes o revisaram e que, em termos de necessidades, apresenta objetivos realizáveis e mensuráveis na execução dos serviços.

_____/ __, de de 20__.

CONTRATANTE

CONTRATADA



Ministério da Saúde
Secretaria de Saúde Indígena
Distrito Sanitário Especial Indígena - Maranhão
Serviço de Contratação de Recursos Logísticos

ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
(EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

À Comissão de Contratação,
Distrito Sanitário Especial Indígena do Maranhão
Ref.: Aviso de Licitação nº 900XX/202X

Prezados Senhores,

1. Apresentamos a V. S^a, proposta da contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de funerária sem dedicação exclusiva de mão de obra, com o fornecimento de urnas mortuárias e demais materiais e serviços constantes neste instrumento, bem como traslado em veículo apropriado, a fim de atender as ocorrências de óbitos de indígenas no âmbito do Distrito Sanitário Especial Indígena/Maranhão, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

Grupo	Valor da Contratação						
	Item	CATMAT/CATSER	Descrição	Unidade	Quantidade (Q)	Valor Unitário (VU)	Valor Total (VT)
	1	617784	Urna Mortuária Material: Madeira , Tipo Madeira: Pinus , Tipo Tampa: Com Visor , Material Revestimento Interno: Cetim Com Babado E Sobrebabado Renda , Tipo Alça: Argola , Características Adicionais: Envernizada , Dimensões: 1m41cm até 2,00m	Unidade	122		

1	2	617784	Urna Mortuária Material: Madeira , Tipo Madeira: Pinus , Tipo Tampa: Com Visor , Material Revestimento Interno: Cetim Com Babado E Sobrebabado Renda , Tipo Alça: Argola , Características Adicionais: Envernizada , Dimensões: 0,60 CM, Largura: 0,24 C (Fetal)	Unidade	33		
	3	617784	Urna Mortuária Material: Madeira , Tipo Madeira: Pinus , Tipo Tampa: Com Visor , Material Revestimento Interno: Cetim Com Babado E Sobrebabado Renda , Tipo Alça: Argola , Características Adicionais: Envernizada , Dimensões: 1,00 M até 1m40cm, Largura: 0,30 C (Infantil)	Unidade	61		
	4	4170	Vestuário: feminino (vestido); masculino (calça e blusa).	Unidade	216		
	5	4170	Tanatopraxia/embalsamento Adulto (quando necessário).	Unidade	122		
	6	4170	Tanatopraxia/embalsamento Infantil (quando necessário).	Unidade	94		
	7	4170	Remoção do corpo (local e traslado) para municípios (diversos) e aldeias com identificação nas portas laterais da sigla ou denominação funerária, em vias pavimentadas. (cobrado por KM Rodado)	KM	30000		

	8	4170	Remoção do corpo (local e traslado) para municípios (diversos) e aldeias com identificação nas portas laterais da sigla ou denominação funerária, em vias não pavimentadas. (cobrado por KM Rodado)	KM	10000		
Valor Total							R\$

Validade da Proposta

Esta proposta é válida por 90 (noventa) dias a partir da data de sua apresentação.

Dados Bancários

Banco:

Agência nº:

Conta Corrente nº:

Dados da Empresa

Razão Social:

CNPJ(MF):

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Cidade:

Assinatura (s) do(s) representante (s) legal (is) do proponente

Nome(s), endereço e telefone para contato.

Local e Data

Assinatura e Carimbo
(Representante Legal)



Documento assinado eletronicamente por **Lucio Dienio Silva Santos Guajajara**, **Coordenador(a) Distrital de Saúde Indígena**, em 30/01/2026, às 15:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0053186693** e o código CRC **8266CEED**.

Referência: Processo nº 25046.001502/2025-19

SEI nº 0053186693

Serviço de Contratação de Recursos Logísticos - SELOG/MA
Rua 5 de Janeiro, nº 166 - Bairro Jordôa, São Luís/MA, CEP 65040-450
Site - www.saude.gov.br